

O PAPEL DA GEOGRAFIA NA MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO BÁSICO

Cícero Antonio Jatanael da Silva Tavares¹
Nayara Rodrigues da Silva²

RESUMO

O ensino básico compreende aos níveis de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Ao longo desse percurso, os estudantes são levados a compreender diferentes conteúdos indispensáveis para a sua formação cidadã, por meio das disciplinas componente da matriz curricular. Contudo, por razões ideológicas, crenças ou simplesmente ignorância, não raramente é possível observar que uma parcela da sociedade costuma rotular uma ou outra disciplina como “irrelevante” e “desnecessária”, ou até mesmo como “doutrinadora”. Em particular, estamos falando dos ataques que as ciências humanas sofrem perante a essa parcela da sociedade, sobretudo por uma classe política conservadora. Tais questionamentos têm levado, inclusive, a discussão sobre reconfigurações na educação básica. É o caso, por exemplo, do “Escola Sem Partido” e “Novo Ensino Médio”. Nesse sentido, este trabalho realiza uma reflexão a respeito do papel da Geografia na matriz curricular do ensino básico. A construção desse trabalho perpassa por um suporte bibliográfico e documental, além da exposição de situações cotidianas que revelam a importância da Geografia. Dessa maneira, debruçamo-nos a respeito de manchetes de jornais contemporâneas, para mostrar que, mediante ao conhecimento geográfico, o aluno pode ter uma compreensão apurada a respeito do caso ocorrido. Diante desses procedimentos, ressaltamos a importância e o papel da Geografia na matriz curri-

1 Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Presidente Prudente – UNESP/PP, jatanael.tavares@unesp.br;

2 Doutoranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Presidente Prudente – UNESP/PP, nayara.rodrigues@unesp.br

cular do ensino básico, ao ser concebido como um conhecimento indispensável na formação discente.

Palavras-chave: papel da Geografia, componente curricular, conhecimento geográfico, acontecimentos do cotidiano.

INTRODUÇÃO

A educação básica brasileira é envolvida por componentes curriculares que são essenciais na formação do aluno enquanto um cidadão com senso crítico na comunidade onde vive. Apesar disso, uma série de embates são frequentemente presentes na sociedade a respeito de uma eventual retirada de algumas dessas disciplinas do currículo escolar. É o caso, por exemplo, da Geografia.

Nesse sentido, este presente trabalho surge como uma forma de ressaltar o papel da Geografia na matriz curricular do ensino básico. Assim, visamos mostrar a importância desse componente curricular, em razão de ser concebido como um conhecimento indispensável na formação discente.

Dessa maneira, este trabalho é uma maneira de refutar qualquer equívoco de que a Geografia se trata de uma disciplina irrelevante e/ou doutrinadora, como muitos grupos, sobretudo de origem da conservadora extrema-direita política brasileira, tem comentado a respeito nos últimos anos.

Para tanto, buscamos responder as seguintes questões norteadoras: a) o que é a Geografia? b) qual a importância da Geografia na sociedade? c) como a Geografia é percebida contemporaneamente pela sociedade? d) em que situações do cotidiano a Geografia se faz presente e a sociedade não costuma observar?

A construção desta pesquisa se dá por uma natureza teórica. Assim, foi envolvida por levantamentos bibliográficos em autores como Saviani (2007), Corrêa (1991) e Moreira (1982). Durante o processo, fez-se necessário também a realização de um levantamento documental, por meio da leitura da LDB (1996), do Projeto de Lei Escola Sem Partido e do Novo Ensino Médio. Para além disso, foi importante ainda a realização de leituras de diversos noticiários de jornais, como forma de observar como a mídia informa à sociedade os acontecimentos que podem ser compreendidos como de cunho geográfico.

Diante dos procedimentos realizados e da obtenção das respostas às questões acima elencadas, podemos mostrar detalhadamente o papel e a importância da Geografia na matriz curricular do ensino básico, sendo, portanto, um conhecimento indispensável na formação discente.

Mediante aos desdobramentos, esperamos que este trabalho seja compreendido como mais um instrumento para que a sociedade, em especial aos críticos, reflita sobre o que realmente é a Geografia ensinada nas escolas.

O LUGAR DA GEOGRAFIA NO CONTEXTO DOS COMPONENTES CURRICULARES

O ensino no Brasil remonta a um contexto que antecede a independência desse território. No entanto, isso não significa dizer que durante todo esse período colonial não houve mudanças em diversos âmbitos da educação básica, como quanto na escolha das disciplinas que deveriam fazer parte do currículo escolar ou ainda na maneira como ocorria a relação professor-aluno.

Em síntese, pontuamos que a educação básica do País pode ser compreendida em quatro períodos: 1º Período (1549-1759): Monopólio da vertente religiosa da pedagogia tradicional; 2º Período (1759-1932): Coexistência entre as vertentes religiosa e leiga da pedagogia tradicional; 3º Período (1932-1969): Predominância da pedagogia nova; 4º Período (a partir de 1969): Configuração da concepção pedagógica produtivista (SAVIANI, 2007).

Cada um desses períodos representavam uma natureza no que diz respeito ao ensino. A título de exemplo, destacamos o período do monopólio da vertente religiosa da pedagogia tradicional, onde a educação básica estava fortemente vinculada às doutrinas da Igreja Católica, sendo, então, um ensino sem laicidade.

Essa ruptura com a Igreja Católica ocorre somente a partir do segundo período, mediante a pedagogia pombalina, que atribuiu ao Estado – na ocasião, a princípio, o Estado Português – a organização do currículo do ensino básico. Assim, a Igreja Católica perdia espaço no que diz respeito ao ensino sob enfoque da doutrina católica.

Cabe lembrar ainda que, nessa linha do tempo, outros períodos são categorizados pelo modo como se dava a relação professor-aluno, uma vez que a escola era compreendida como um espaço unicamente para a formação profissional do estudante. Assim, prevalecia uma pedagogia tecnicista.

Contemporaneamente, pelo menos tem tese, ressaltamos a existência de uma educação laica. No entanto, com a ascensão do conservadorismo no Brasil na última década, por meio da extrema-direita política, novas nuances de ensino sem laicidade têm sido retomadas. Junto a isso, tem sido discutido também a expansão do número de escolares militares no País.

Diante desse breve resgate histórico, é possível de observar as diversas interfaces a qual a educação básica esteve atrelada desde o período da invasão portuguesa no território que hoje denominamos por Brasil.

Para além dessa mudança na forma de organização dos conteúdos e na relação professor-aluno, surgiram ainda mudanças no campo da estruturação da educação básica no País. Atualmente, faz-se vigente a estrutura em que a subdivide em educação infantil, ensino fundamental e ensino médio (LDB, 1996).

Nesse contexto, diversas disciplinas tem feito parte do currículo escolar ao longo do tempo. No atual cenário, consta-se os seguintes componentes curriculares:

I - linguagens e suas tecnologias, integrada pela língua portuguesa e suas literaturas, língua inglesa, artes e educação física; II – matemática e suas tecnologias; III – ciências da natureza e suas tecnologias, integrada por biologia, física e química; IV – ciências humanas e sociais aplicadas, integrada por filosofia, geografia, história e sociologia (LDB, 1996).

A seleção por essas disciplinas faz parte de uma composição maior, compreendida a partir da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e de diversos outros documentos, como o Novo Ensino Médio (NEM).

Ampliando as discussões, consideramos necessário retomar a discussão a respeito do avanço do conservadorismo no Brasil. No entanto, agora, não mais para refletir sobre um ensino voltado para a doutrina cristã, e sim para uma reorganização maior da estrutura do currículo escolar. Isso porque, segundo grupos vinculados a essa vertente, as escolas tem ofertado disciplinas que não servem para ensinar o aluno sobre a disciplina em si e sim para os doutrinar a uma vertente política.

Em consonância a isso, Costa (2020, p. 11) reflete que:

Hoje há uma disseminação de um discurso – o do professor como parte importante de um sistema de doutrinação ideológica de esquerda – que afeta diretamente o trabalho do docente no Brasil. Esse discurso aparece nas falas de altas autoridades políticas, como na do Presidente da República [em exercício durante os anos de 2019-2022, Jair Bolsonaro], nas respostas a publicações em redes sociais a estes, por parte de seus seguidores, em respostas a reportagens sobre casos de perseguição a professores, em redes sociais organizadas com esse fim e de forma mais presencial, na sala de aula, na escola, seja nas relações com alunos, com pais ou coordenadores e diretores.

Por conta desse ângulo de análise, emergiu um anseio por parte desses grupos para que houvesse uma mudança no currículo do ensino básico, de modo a impedir a ocorrência dessas supostas doutrinações ideológicas que afirmam existir nas escolas brasileiras.

De antemão, pontuamos que consideramos equivocadas as posições tomadas por esses grupos conservadores. Destacamos também que, se houver qualquer discussão a respeito de eventuais mudanças curriculares, quem deve opinar e ser ouvido são os professores, alunos e pais, em conjunto e harmonia, e não somente um grupo de conservadores em específico.

Por conta disso, em razão de o poder de decisão estar situado a um mero grupo de conservadores, consideramos antidemocráticas as discussões que tem ocorrido quanto as modificações na estrutura escolar nos últimos anos, em especial durante os Governos Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022).

Mais do que isso, chega a ser contraditório que políticos conservadores, em sua maioria sem qualquer formação e conhecimento pedagógico, ditem o que deve ou não ser ensinado nas escolares brasileiras.

Dentro desse bojo de decisões equivocadas, enfatizamos os constantes ataques a área de Ciências Humanas, que, no ensino básico, compõe as disciplinas História, Geografia, Sociologia e Filosofia. Em particular, ressaltamos os ataques a Geografia, por ser esse o nosso campo de atuação.

A Geografia, que é a ciência que estuda a relação entre os homens e entre estes e a natureza (Corrêa, 1991), deve ser compreendida como uma disciplina escolar indispensável, uma vez que por meio desse conhecimento construído é possível obter um amplo saber a respeito de diversos seguimentos da sociedade.

Essa disciplina é, por natureza, uma daquelas mais importantes, uma vez que conduz os alunos para um olhar crítico a respeito da sociedade, sendo, assim, um sujeito ativo na tomada de discussões políticas, sociais, culturais, ambientais e econômicas.

Mas, afinal, se a Geografia é tão importante, por que grupos em específicos tentam atacá-la? Aliás, a quem interessa a existência de cidadãos sem conhecimento geográfico? Por que a construção desse conhecimento é tão incômoda para alguns grupos? Seria o interesse pela manutenção de uma política que, atualmente, serve à poucos?

Assim, podemos observar tais incômodos a partir de políticas educacionais como o Projeto de Lei “Escola Sem Partido” e da Reforma do Ensino Médio.

Isso porque, nas entrelinhas, enquanto o primeiro visou amordaçar o professor ao limitar o que o docente pode falar em aula, o segundo visa reduzir a carga horária de disciplinas como a Geografia.

Reiteramos que a Geografia se faz importante de diversas maneiras na sociedade, sendo um conhecimento necessário para desmitificar o cotidiano de uma sociedade cada vez mais negacionista em diversos campos, como quanto às discussões sobre o aquecimento global, às mudanças climáticas, a negação da ciência, o avanço do neoliberalismo e da desigualdade social, entre outras pautas. Dessa maneira, a Geografia serve para desvendar as máscaras sociais (Moreira, 1982).

Assim, obter um conhecimento geográfico nada tem a ver com a doutrinação ideológica que alguns grupos da sociedade tentam atribuir a Geografia. Ensinar Geografia é, em síntese, dar as bases do conhecimento para que o aluno, de maneira autônoma, compreenda o mundo tal como ele realmente é.

DA TEORIA A PRÁTICA: O USO DO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO PARA ENTENDER OS ACONTECIMENTOS DO COTIDIANO

A nível global, a Geografia surge como disciplina escolar no século XVIII – em um momento onde ainda não se encontrava consolidada enquanto ciência –, tendo a Alemanha como país pioneiro nesse aspecto (Oliveira, 2015).

Naquele contexto, o que se ensinava na Geografia se resumia a uma pedagogia tradicional, pois, segundo Moura e Alves (2002, p. 302), privilegiava: “(...) a memorização de dados e a descrição de paisagens que, em outro momento histórico, foi importante para saber dados sobre os territórios que se organizavam, ou as riquezas das colônias que eram vinculadas ao território das potências européias”.

Até o momento, o ensino de Geografia não possuía uma abordagem fortemente voltada para as questões sociais. Isso porque a Geografia como um todo vivenciava uma fase compreendida como Geografia Tradicional, e os seus desdobramentos refletiam diretamente no meio escolar. Com isso, é possível dizer que ao longo do tempo diversas abordagens influenciaram o ensino de Geografia.

Dessa maneira, subentendemos que essas principais abordagens se dão a partir da Geografia Tradicional, Geografia Quantitativa ou Teorética, Geografia Crítica e Geografia Humanista (Cavalcanti, 2010).

Ampliando a discussão, é possível perceber que, desde a ruptura gradual com a Geografia Tradicional, já não havia grandes indícios de um ensino de Geografia com enfoque na memorização dos conteúdos. Passando, assim, a exercer um outro papel perante a comunidade escolar.

Nesse sentido, destacamos que:

Ler o mundo da vida, ler o espaço e compreender que as paisagens que podemos ver são resultado da vida em sociedade, dos homens na busca da sua sobrevivência e da satisfação das suas necessidades. Em linhas gerais, esse é o papel da geografia na escola. Refletir sobre as possibilidades que representa, no processo de alfabetização, o ensino de geografia, passa a ser importante para quem quer pensar, entender e propor a geografia como um componente curricular significativo (Callai, 2005, p. 228-229).

No entanto, é de senso comum que no imaginário de muitos indivíduos a Geografia ainda permaneceu em um decoreba de conteúdos. Trata-se de uma desinformação que não condiz com a realidade e que regressa a Geografia à categoria de um conhecimento irrelevante para o contexto vigente.

Vê-se, portanto, que a Geografia está munida de graves equívocos que não expressam a sua real relevância social. Assim, frequentemente ocorrem situações que, quando não são apontamentos afirmando que a Geografia é irrelevante na formação discente, são insinuações de que a Geografia é um componente curricular doutrinator ideologicamente – conforme apresentamos na seção anterior deste texto –.

De todo modo, reiteramos a importância da Geografia como um componente curricular fundamental na formação discente. Isso porque, sobretudo desde a virada para a Geografia Crítica, essa ciência assumiu uma postura mais atuantes nos campos de discussões da sociedade contemporânea.

Na prática, obter o conhecimento geográfico significa conseguir desvelar o mundo que vivemos. Entre tantos hipotéticos fatos do cotidiano, a Geografia contribui para que um indivíduo possa assistir a um jornal na televisão e saber minuciosamente do que se refere tal notícia, ou ainda o permite poder conversar com uma outra pessoa sobre diversos problemas da sociedade e conseguir sugerir os melhores caminhos como solução. Enfim, há um universo de possibilidade para se aplicar o conhecimento geográfico no dia a dia.

No entanto, justamente por conta de um desconhecimento geográfico – que é parcialmente consequência de um sistema político que não promove

boas condições para o êxito e bom funcionamento do processo de ensino e aprendizagem –, uma parcela da sociedade vivencia corriqueiramente diversas situações que poderiam ser explicadas pela Geografia e que, por não assimilarem como eventos geográficos, acabam por não compreender corretamente e com grau de profundidade a situação que está em análise.

Diante disso, enfatizamos que se houvesse uma maior noção de quando ocorrem fatos que podem ser explicados pela Geografia, a sociedade como um todo poderia compreender essa disciplina escolar como indispensável para o seu cotidiano.

Para fins de comprovação a respeito da nossa prerrogativa acima, selecionamos alguns eventos geográficos que foram apresentados em nosso cotidiano e que, possivelmente, a maioria da população não se deu conta de que a Geografia ajudaria significativamente no entendimento da situação em questão.

Contudo, de antemão, reiteramos que neste texto não temos a pretensão de fazer uma análise geográfica profunda dos acontecimentos que iremos elencar, uma vez que não é esse o nosso propósito neste momento, mas sim mostrar que são situações que o conhecimento geográfico pode contribuir diretamente para o entendimento do ocorrido de um modo mais lúdico.

Os eventos geográficos que trazemos para exemplificação, são: a) a inundação no Estado do Rio Grande do Sul, ocorrida em 2024; b) a guerra Russo-Ucraniana, retomada em 2022 e; c) o massacre de Israel sobre a Palestina, intensificado em 2024. Assim, tratam-se de situações que foram de grande repercussão nos grandes jornais do Brasil e que ainda foram centro de embates nas redes sociais pela população em geral – debates esses, por muitas vezes, desprovidos de conhecimento geográfico –.

a) A inundação no Estado do Rio Grande do Sul

Quanto a esse fenômeno observado, que afetou centenas de municípios e que se categorizou como uma catástrofe sem precedentes, a primeira situação que é preciso se desmistificar está envolta da nomenclatura utilizada. Isso porque o fenômeno foi compreendido por alguns meios midiáticos, como o BBC News (Figura 1), como “desastre natural”.

Figura 1: BBC News destaca o evento como “desastre natural”



Fonte: BBC, 2024.

Assim, é preciso ser compreendido que não se trata de um fenômeno natural, uma vez que, sob uma escala maior, a problemática em questão decorre da imprudência do próprio homem.

Mas, afinal, qual seria a nomenclatura mais apropriada para esse caso? Respondendo a essa questão, acreditamos no termo “desastre socioambiental” como o mais indicado. Assim, diferentemente de conceitos próximos, como “desastre ambiental”, pensamos que:

O termo “sócio” aparece, então, atrelado ao termo “ambiental” para enfatizar o necessário envolvimento da sociedade enquanto sujeito, elemento, parte fundamental dos processos relativos à problemática ambiental contemporânea (...) A importância atribuída à dimensão social desses problemas possibilitou o emprego da terminologia socioambiental, e este termo não explicita somente a perspectiva de enfatizar o envolvimento da sociedade como elemento processual, mas é também decorrente da busca de cientistas naturais por preceitos filosóficos e da ciência social para compreender a realidade numa abordagem inovadora. A abertura observada no âmbito da ciência social para o envolvimento da dinâmica da natureza como integrante da complexidade da sociedade, ainda que bem menos expressiva que no caso anterior, também impulsiona a constituição da compreensão socioambiental da realidade (Mendonça, 2001, p. 117-118).

De todo modo, faz-se necessária a modificação no termo “desastre natural” que comumente é utilizada pela sociedade e, como visto acima, aderido até mesmo pela grande mídia. Assim, é preciso eliminar qualquer enunciação que

dê margem para entender que a natureza seja a grande culpada por eventos extremos que, na verdade, são promovidos pela própria ação antrópica.

Dentre essas principais ações antrópicas no Rio Grande do Sul, podemos mencionar o uso desordenado do solo por meio de construção civil em áreas impróprias, o desmatamento e impermeabilização de áreas urbanas. Com isso, tais fatores potencializaram os efeitos das chuvas nesse estado.

Outro ponto a se considerar se deu quanto as consequências desse desastre socioambiental, pois impactou não somente o estado em si e sim todo o País, uma vez que o Rio Grande do Sul é um dos maiores produtores de diversos alimentos, como o arroz. Assim, esses alimentos passaram por um aumento considerável no preço final, afetando uma parcela considerável da população brasileira.

A título de conceituação, faz-se necessário apontar ainda que diversos grandes jornais têm cometido um outro erro conceitual ao atribuir esse desastre socioambiental como um “enchente” (Figura 2), quando, na verdade, trata-se de uma “inundação”.

Figura 2: G1 anunciando evento no Rio Grande do Sul como “enchente”



Fonte: G1, 2024.

O cuidado quanto a conceituação desse evento se dá em razão da diferença existente entre cada um desses conceitos. Isso porque, através da Defesa Civil de São Bernado do Campo/SP (2015 *apud* Licco; Dowell, 2015, p. 163) se:

Define Inundação, como sendo o transbordamento das águas de um curso d'água, atingindo a planície de inundação ou área de várzea. Enchentes ou cheias são definidas como a elevação do

nível d'água no canal de drenagem devido ao aumento da vazão, atingindo a cota máxima do canal, porém, sem extravasar; alagamento seria o acúmulo momentâneo de águas em determinados locais por deficiência no sistema de drenagem e enxurrada, o escoamento superficial concentrado e com alta energia de transporte, que pode ou não estar associado a áreas de domínio dos processos fluviais.

No ensino básico, esse evento geográfico apresentado por meio do exemplo de Porto Alegre pode ser discutido mediante a diversas unidades temáticas, tais como: a) a atmosfera e dinâmicas climáticas; b) atividades econômicas e espaço geográfico; c) urbanização, infraestrutura e sociedade; d) características gerais da região Sul; entre outras.

b) A Guerra Russo-Ucraniana

Reiniciada em 2022, a qual envolve diretamente Ucrânia e Rússia, trata-se de uma das mais midiáticas guerras dos últimos anos, que tem levado a população mundial a clamar pelo fim desse embate. Inclusive, isso tem aberto precedentes para que façamos outros questionamentos. Isto é, compreendemos que toda guerra é deplorável, mas, porque não há tanto repúdio e acompanhamento da mídia e da população em geral quando se tratam de guerras em países subdesenvolvidos, como na África? Seria em razão de não estar sendo envolvido algum país desenvolvido? Enfim, é uma questão a ser refletida.

Mas, falando especificamente a respeito da Guerra da Ucrânia, entende-se que se trata de um evento histórico, que já transcende desde 2014 no formato atual de países (isto é, agora denominados Ucrânia e Rússia) e, numa maior dimensão, conforme fica melhor esclarecido abaixo, há décadas. Nas palavras de Pessin (2022, p. 17):

A guerra entre Rússia e Ucrânia, iniciada em fevereiro de 2022, pode ser analisada sob prismas muito diversos, como de resto qualquer fenômeno de grande magnitude no sistema internacional. É possível compreender o conflito pelo ponto de vista militar; pelo ângulo da economia política internacional, devido às sanções econômicas impostas à Rússia; pelo foco da geopolítica energética, ou ainda das capacidades nucleares russas atuais. Pode-se partir das relações históricas entre os dois países diretamente envolvidos ou mesmo da concepção de uma nova Guerra Fria.

Mas, antes de desenvolver uma análise geográfica a respeito dessa guerra, é preciso responder a uma pergunta que ressoa com uma relativa frequência no meio geográfico, que é: “se moro no Brasil, por quê precisarei aprender esse conteúdo sobre países europeus?”. Respondendo à questão, é preciso considerar inicialmente que obter mais conhecimento nunca é demais. Segundamente, é útil compreender que a guerra pode se ampliar para uma escala onde o Brasil necessite participar ativamente, fazendo-se necessário acompanhá-la. Por fim, é indispensável entender que diante de um mundo globalizado, ainda que o Brasil não seja envolvido diretamente na guerra, também sofrerá consequências, uma vez que a Rússia é uma das grandes parceiras comerciais.

A título de exemplo dessas consequências, pudemos observar que no Brasil houve um considerável aumento no preço da gasolina entre os dias 01 e 07 de maio de 2022, quando chegou ao valor de R\$ 8,999. E, por efeito, isso impactou diretamente no aumento no preço dos alimentos no Brasil (Ribeiro, 2022).

Destacamos que diante daquilo que é revelado pela mídia mundial, o que se está em pauta é o fato de, atualmente, a Rússia simplesmente desejar integrar um território ucraniano pra si. Assim, esses meios midiáticos não visam mostrar a fundo o contexto por trás dessa investida, tal como aconteceu em 2014 no conflito na Crimeia, entre esses dois países, onde a maior parte da mídia enfatizou somente que a Rússia planejou a invasão em razão de que a maioria da população da Crimeia, até então unanimemente território ucraniano, era de origem russa e por isso deveria ser repassado para si por meio de referendo idealizado por Putin e líderes locais da Crimeia, sem consultar as maiores instâncias políticas da Ucrânia (Figura 3).

Figura 3: DW anunciando o conflito na Crimeia



Fonte: DW, 2014.

No entanto, assim como no atual conflito, havia outros interesses, tal como a busca pelo controle de gasodutos e a instalação de uma base militar russa na Crimeia, em razão de ser uma área estratégica.

Em consideração ao mais recente conflito entre esses dois países, Lebelem e Villa (2022, p. 113) apontam que:

À verdade é que as implicações históricas e a natureza conflitiva dos povos eslavos são tantas, que se torna quase impossível atribuir a origem do conflito atual entre a Rússia e a Ucrânia a um só fator. Entre os fatos mais relevantes da história da região, há de se destacar que Kiev, a capital da Ucrânia, já chegou a ser a capital da Rússia, na época em que as províncias eslavas estavam agrupadas. Daí vem a razão para o apelo utilizado no discurso de Putin na justificativa de que a ação tomada pelos russos se tratava de um movimento de integração da região, tal qual como houve no caso da guerra da Crimeia. De acordo com o discurso de Vladimir Putin, a ação militar é justificada pela necessidade e vontade dos povos de retomar a unicidade da região 'como sendo um só povo'.

Em um plano ainda maior, consideramos ainda que essa guerra pode ser remontada a Guerra Fria, àquela vista nas aulas do ensino básico, entre Estados Unidos e a antiga União Soviética (hoje, desmembrada em vários países), onde os Estados Unidos, país capitalista, buscava eliminar o avanço do socialismo no mundo, que se dava por meio da União Soviética.

Tanto que, por meio da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), foi criado um bloco de países onde, na prática, dentre tantos fins, assegura que os países capitalistas avancem sobre o mundo. Assim, a Ucrânia sendo um país cogitado para incorporar a OTAN, foi visto como uma ameaça a Rússia, uma vez que este país não é membro da OTAN, tem raízes soviéticas e está com o seu território parcialmente rodeada por países desse supracitado bloco. Assim, a Rússia vê esse contexto como ameaça a soberania ao seu próprio território.

Além disso:

Ademais, o tom expansionista nos discursos de Vladimir Putin, naturalmente, intensificou a tensão. Um outro fator importante que contextualizou as tensões na região foi o agravamento da crise energética, que o governo de Kiev acredita ter sido provocada intencionalmente por Moscou. Pela Ucrânia passam dois dos importantes gasodutos, o *Soyuz* e o *Brotherhood*, que abastecem o restante da Europa com a produção russa de gás (Labelem e Villa, 2022, p. 116).

Destacamos ainda que, em razão de ser cogitada a entrada da Ucrânia a OTAN, diversos países têm participado indiretamente dessa guerra. É o caso, por exemplo, dos Estados Unidos, que tem fornecido armamento para o exército ucraniano.

No ensino básico, essa temática pode ser compreendida a partir das aulas das turmas programadas para discutir os conteúdos ligados as seguintes unidades temáticas: a) ordem geopolítica mundial; b) blocos econômicos; c) Aspectos gerais da Europa; d) Leste Europeu; e) globalização; entre outras.

c) O massacre de Israel sobre a Palestina

Para esse evento de natureza geográfica, optamos por utilizar o termo “massacre”, ao invés de guerra, pois, no contexto atual, não se trata de uma situação onde um país ataca ao outro, e sim apenas um em constante e incansável ataque. Assim, Israel tem bombardeado a Palestina frequentemente neste ano de 2024.

Entre tantas razões, umas das principais motivações históricas se dá em razão de que:

A religião judaica diz que a área em que Israel foi fundada é a terra prometida por Deus ao primeiro patriarca Abraão e seus descendentes. Ocupada pelos árabes, com o surgimento do Islã, e mesmo após conquistas de cruzadas europeias e domínio turco, essa terra, entre o Rio Jordão e o Mar Mediterrâneo, é considerada sagrada tanto para muçulmanos, como para judeus, e disputada por eles, que a reivindicam por legitimidade ou primogenitura. Desde a Segunda Guerra Mundial, o Oriente Médio não tem um só momento de paz. Após a criação do controverso Estado de Israel, acabaram por gerar uma série incessante de conflitos, desencadeados por movimentos nacionalistas árabes, os quais permanecem sem solução, não obstante esforços diplomáticos de ambos os lados e do exterior. A demora na criação de um Estado palestino independente, a construção de assentamentos israelenses na Cisjordânia e barreira construída por Israel complicam o andamento de um processo de paz (Silva e Philippini, 2017, p. 164).

Por se tratar de um povo marginalizado sob a ótica do capitalismo e da religião, o povo palestino não tem recebido apoio suficiente de outros países, para

que Israel pare de lançar bombas. Assim, tratam-se de ataques que já perduram há décadas e que foram mais uma vez intensificados no ano de 2024.

Cabe observar ainda que esse massacre tem tomado proporções que extrapolam o interesse de israelitas e palestinos, e está regadas de incoerências ideológicas por uma parcela das pessoas, inclusive no Brasil. A título de exemplo, é o caso dos muitos evangélicos brasileiro (Figura 4).

Figura 4: BBC News faz reflexão a respeito do apoio evangélico ao Estado de Israel



Fonte: BBC News, 2024.

Acreditamos que a incoerência se dá em razão de que os evangélicos em questão são adeptos do cristianismo, antiaborto e defensores da família tradicional formada por homem e mulher, mas que, em contraponto, defendem abertamente o Estado de Israel, país judaico, com lei pró-aborto bem mais flexível que o Brasil e que reconhece a união homoafetiva (Giusti, 2023).

Entre tantas motivações que os conservadores sustentam como argumentação para defender Israel, uma se daria por acreditarem que esse é o mesmo Israel anunciado na Bíblia – o que, na prática, não é –. Outros, apontam ainda para o fato de o cristianismo ter sido derivado do judaísmo e isso seria mais do que suficiente para apoiar Israel.

No entanto, considerando o contexto vigente, reiteramos que tais posicionamentos e justificativas supracitadas se expressam como contraditórios. Há, ainda, outras motivações, essas de menor circulação entre esses grupos, mas que simboliza uma “ideologização” desse conflito entre Israel e Palestina. Assim, Casarões (2024, p. 23) destaca que:

É possível compreender a evolução das posições brasileiras sobre o conflito israelo-palestino, após o 7 de outubro, a partir de dois níveis distintos de polarização: a político-partidária e a da opinião pública. No plano político-partidário, o que se viu foi um movimento em dois tempos. O primeiro deles envolveu a tentativa da oposição em empurrar o governo (e o presidente Lula) para o campo anti-Israel e pró-Hamas, independentemente do que a diplomacia estivesse efetivamente fazendo. A premissa simples é que, se o 'cidadão de bem' ama e apoia Israel, qualquer um que critique o país está automaticamente no campo oposto – e simpatiza com ditaduras (como o Irã) ou terroristas (como o Hamas). Em um segundo momento, o Partido dos Trabalhadores e aliados buscaram qualificar a crítica a Israel, expondo a violência em curso em Gaza, mas buscando dissociar sociedade/povo de governo. O objeto de condenação do governo seria Netanyahu e seu gabinete, frequentemente associados à extrema-direita e a Jair Bolsonaro, e o objetivo do posicionamento brasileiro seria contribuir para a solução de dois Estados.

Nesse sentido, existe ainda uma outra incoerência na forma como alguns grupos brasileiros analisam esse conflito, dá-se quanto ao entendimento de que se alguém estiver em defesa do fim desse supratranscrito massacre, signifique dizer que esteja em apoio ao grupo terrorista Hamas, que domina uma parcela da Palestina. Para não cair nessa incoerência, é preciso ser compreendido que o povo Palestino é uma coisa e que o grupo Hamas é outra.

Em termos gerais, segundo Fancelli, seria possível definir os grupos da seguinte maneira: 1 **Israelenses**: cidadãos do Estado de Israel, que foi criado no fim da década de 1940. 2 **Palestinos**: povo etnicamente árabe, de maioria muçulmana, que habitava a região entre o Rio Jordão e o Mar Mediterrâneo; 3 **Hamas**: grupo extremista armado que é uma das principais organizações islâmicas nos Territórios Palestinos (são duas áreas não contínuas: a Faixa de Gaza e a Cisjordânia) e que controla a Faixa de Gaza desde 2007 (Bischoff, 2023).

No entanto, os grupos conservadores no Brasil aparentam não fazer qualquer distinção entre quem é palestino e que é do grupo Hamas, uma vez que apoiam os avanços de Israel sobre o território palestino, ainda que isso custe a vida de milhares de pessoas inocentes, inclusive de idosos e crianças.

O Estado de Israel também não distingue, uma vez que tem lançado bombardeios sobre todo o território palestino, incluindo hospitais (Figura 5).

Figura 5: O Globo noticiando o bombardeio de Israel na Palestina



Fonte: O Globo, 2024.

No ensino básico, esse tema pode ser discutido também nas turmas programadas para discutir unidades temáticas tais como: a) conflitos ao redor do mundo; b) aspectos gerais do Oriente Médio; c) população mundial; entre outras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Geografia, neste texto compreendida como um componente curricular do ensino básico, trata-se de um conhecimento fundamental para a formação discente. Contudo, não raramente é apreendida pelo senso comum como uma disciplina escolar sem tanta importância quando comparada, por exemplo, as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

As situações de natureza geográficas acima mencionadas – além de outras tantas que acontecem cotidianamente e que não foram transcritas neste texto – dão conta de comprovar que o conhecimento geográfico é tão importante quanto. No entanto, quando eventos como esses ocorrem, é possível notar que a população não consegue assimilar como situações que a Geografia poderia ajudar a explicar. Assim, por fatores como esse, a Geografia acaba por ser apreendida como de menor importância no âmbito da matriz curricular.

Defendemos que a Geografia, enquanto disciplina escolar, deveria ser percebida pela sociedade como um componente curricular de destaque na matriz que rege todo o ensino básico. Isso porque a obtenção do conhecimento

geográfico conduz o aluno a se tornar um cidadão consciente dos problemas e soluções inerentes ao seu cotidiano.

Conforme foi percebido por meio dos exemplos apresentados neste manuscrito, reiteramos que construir um conhecimento geográfico junto ao aluno nada tem a ver com doutrinação ideológica. É, tão somente, contribuir com a possibilidade de o aluno conseguir compreender o que está acontecendo em qualquer parte do mundo.

Sabemos que os caminhos para a valorização da Geografia perante a sociedade como um todo percorrem ainda de modo distantes no Brasil. Talvez, inclusive, nos últimos anos, com o avanço do conservadorismo no País, por meio da extrema-direita política, tenha havido até mesmo um recuo quanto a consideração que a população brasileira possuía a respeito desse componente curricular.

No entanto, salientamos a necessidade de se manter viva a compreensão de uma Geografia importante e fundamental na formação básica do discente, com uma sociedade lutando em favor de um aumento na carga horária dessa disciplina no contexto da matriz curricular do ensino básico.

REFERÊNCIAS

BISCHOFF, Wesley. **Entenda a diferença entre israelenses, palestinos e o Hamas**. G1, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/10/08/entenda-a-diferenca-entre-israelenses-palestinos-e-o-hamas.ghtml> Acesso em: 19/10/2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm Acesso em: 18/09/2024.

CALLAI, Helena Copetti. Aprendendo a ler o mundo: a Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 25, nº 66, p. 227-247, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/7mpTx9mbrLG6Dd3FQhFq-ZYH/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 19/10/2024.

CASARÕES, Guilherme. Os efeitos do conflito israelo-palestino sobre a política brasileira. **Revista Centro Brasileiro de Relações Internacionais**, Rio de Janeiro,

Ano 3, nº 10, p. 16-41, 2024. Disponível em: <https://cebri-revista.emnuvens.com.br/revista/article/view/206/294> Acesso em: 19/10/2024.

CAVALCANTI, Agostinho Paula Brito. Abordagens geográficas no estudo da paisagem. Breves **Contribuciones del Instituto de Estudio Geograficos**, Tucumán, nº 22, p. 57-74, 2010. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4055890> Acesso em: 17/10/2024.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1991.

COSTA, Igor Mascarenhas dos Santos. **O discurso bolsonarista para a educação no Brasil**. 138 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

GIUSTI, Iran. **Aborto e casamento gay são legalizados em Israel? Entenda**. Terra, 2023. <https://www.terra.com.br/nos/aborto-e-casamento-gay-sao-legalizados-em-israel-entenda,fb834a0e8adf70dbf304d16203e1e492o0refw6m.html> Acesso em: 20/10/2024.

LEBELEM, Cristiane; VILLA, Rafael Duarte. A guerra russo-ucraniana: impactos sobre a segurança regional e internacional. **CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs**, v. 3, p. 112-136, 2022. Disponível em: <https://cebri-revista.emnuvens.com.br/revista/article/view/56/72> Acesso em: 17/08/2024.

LICCO, Eduardo Antonio; DOWELL, Silvia Ferreira Mac. Alagamentos, Enchentes Enxurradas e Inundações: Digressões sobre seus impactos sócio econômicos e governança. **Revista de Iniciação Científica, Tecnológica e Artística**, São Paulo, v. 5, nº 3, p. 159-174, 2015. Disponível em: https://www1.sp.senac.br/hotsites/blogs/revistainiciacao/wp-content/uploads/2015/12/110_IC_artigo-.pdf Acesso em: 17/10/2024.

MENDONÇA, Francisco. Geografia socioambiental. **Terra Livre**, São Paulo n. 16 p. 139-158, 2001. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/352/334> Acesso em: 17/10/2024.

MOREIRA, Ruy. A Geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: _____. **Geografia, teoria e crítica: o saber posto em questão**. Petrópolis: Vozes, p. 33-63, 1982.

MOURA, Jeani Delgado Paschoal; ALVES, José. Pressupostos teórico-metodológicos sobre o ensino de geografia: Elementos para a prática educativa. **Geografia**, V. 11, nº 2, p. 309-319, 2002. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/6733> Acesso em: 18/10/2024.

OLIVEIRA, Jully Gabriela Retzlaf de. A geografia escolar e o papel da geografia física. **Anekumene**, Buenos Aires, v. 1, nº 9, p 19–25, 2015. Disponível em: <https://revistas.upn.edu.co/index.php/anezumene/article/view/6829/5662> Acesso em: 17/08/2024.

PESSIN, Gabriel. A Guerra Russo-Ucraniana no Contexto Eurasiano. **Conjuntura Austral**, v. 13, nº 64, p. 16–24, 2022. <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/128040/87130> Acesso em: 17/10/2024.

RIBEIRO, Renata Albuquerque. **Guerra na Ucrânia e pobreza energética no sul geopolítico: o caso do Brasil**. Brasília: Soberania e Clima, 2022.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SILVA, João Ubiratan de Lima e; PHILIPPINI, Ruth Aparecida Sales. Israel e Palestina: da “terra santa” a um território em conflito. **Revista Ciência Contemporânea**, Guaratinguetá, v. 2, nº 1, p. 163-180, 2017. Disponível em: https://www.uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20180301125215.pdf Acesso em: 17/10/2024.